

O CICLO MÉDIO E O CICLO LONGO NO BRASIL*

Ignácio Rangel**

Introdução

A Economia, na classificação das ciências de Augusto Comte - tal como, com os retoques devidos ao jurista belga Guillaume De Greef, Antônio Lopes da Cunha nos fazia estudar, na Faculdade de Direito do Maranhão, "in illo tempore" -, ocupa uma posição intermédia entre as ciências da natureza e as ciências da sociedade, que se agrupavam sob o nome genérico de Sociologia. De certo modo, situava-se como a *primeira* das ciências sociais, dando-nos a impressão de certo hibridismo, que faria dela, também, a *última* das ciências naturais.

Marx e Engels confirmam-nos nessa impressão dialética, ao fazerem da economia o campo específico em que estabelecem unidade de conflito as duas variáveis estratégicas de que cogita a ciência econômica, a saber: as forças produtivas e as relações de produção. Ora, o estágio de desenvolvimento das forças produtivas não reflete, essencialmente, outra coisa senão o nível de desenvolvimento das ciências da natureza, ao passo que as relações de produção constituem a base sobre a qual, a partir do direito de propriedade, se ergue toda a superestrutura social, indo cair, portanto, no campo das ciências da sociedade.

Isto leva-nos a um dos problemas deixados em suspenso pela teoria dos ciclos econômicos, quando, há coisa de 30 anos, nas condições da brilhantíssima "fase a" do Quarto Ciclo Longo ou de Kondratieff, aquela teoria por pouco não era esquecida. Noutros termos, afora os prazos, enquanto tempo abstrato, que é que distingue os ciclos longos, médios e curtos?

Levantamos aqui a hipótese de que os ciclos longos são algo que reflete, no organismo econômico, mudanças ocorridas no campo das forças produtivas, ao passo que o ciclo médio refletiria, no essencial, alterações verificadas, *sob o aciclate da crise*, no campo das relações de produção ou, como hoje diríamos, no quadro das condições institucionais. Ignoramos se, antes de nós, alguém levantou tal hipótese.

* Capítulo do livro "A História da Dualidade e outros escritos", em preparação.

** Economista, autor de várias obras entre as quais: Dualidade Básica da Economia Brasileira e A Inflação Brasileira.

Ciclos e Flutuações Econômicas

Que o desenvolvimento econômico, sob o capitalismo, se faça através de flutuações da atividade econômica e não como um desdobramento linear — possível, talvez, em economia planificada, mas impossível, seguramente, sem um planejamento muito rigoroso, cobrindo prazos longos — é coisa de aceitação geral e pacífica. As dúvidas começam quando passamos, da idéia de simples flutuações, a atribuir-lhes caráter cíclico, tanto mais quanto são admitidos vários ciclos e não apenas um — como ao tempo em que a noção de ciclo se identificava com o que hoje, depois de Schumpeter, chamamos de Ciclo Médio, Ciclo de Juglar (ou de Juglar-Marx), para distingui-lo dos outros, notadamente os de Kitchin (de dois anos e meio ou Breve) e de Kondratieff (de 50 anos ou Longo). A duração do ciclo médio, segundo se costuma admitir, flutua entre sete e 11 anos e, como adiante veremos, o juglariano-brasileiro tende para este último número.

Além disso, houve quem buscasse identificar um Ciclo da Construção de dois Juglares, sem falar em outros movimentos de causação mais obviamente exôgena, como as *crises agrícolas*, quer as ligadas a fenômenos climáticos, quer as de etiologia *agrária*, isto é, ligadas às condições jurídicas da atividade agrícola. Lenin fala-nos de uma flutuação singular, relacionada com a passagem do capitalismo ao socialismo, por ele batizada com o nome de Crise Geral do Capitalismo. Neste capítulo não reservamos espaço senão para dois desses movimentos: o ciclo médio e o ciclo longo, não porque os outros não mereçam maior atenção, mas porque nossa ambição não vai além de colher subsídios para o estudo do caso brasileiro específico.

A Crise Geral do Capitalismo, embora, a rigor, não possa ser entendida como um ciclo, dado que se trata de um movimento singular, único, exprime o fato de que o capitalismo está sendo forçado a coexistir com uma formação muito mais dinâmica do que ele — o socialismo ou, como prefere dizer Paul Sweezy, a Sociedade (ou sociedades) pós-revolucionária —, o que prenuncia o seu fim (e o dos ciclos, pelo menos tais como os entendemos hoje). Não obstante, a Crise Geral entra em nosso campo visual, porque pode ser confundida com um fenômeno de nosso precipuo interesse, a saber: o advento da "fase b" do Terceiro Ciclo de Kondratieff, na esteira imediata da Primeira Guerra Mundial, isto é, 1921-48. Com efeito, não faltou quem, desconhecendo o caráter cíclico do movimento aberto na esteira da Primeira Guerra Mundial, previsse um agravamento contínuo da crise, até o colapso final do capitalismo. Essas pessoas não estavam em condições de prever que, depois de um quartel de século depressivo — dois de cujos incidentes foram o fascismo e a guerra mundial —, o capitalismo desembocaria em outro quartel de século (1948-73), altamente dinâmico, expresso por um crescimento sem precedentes, pela amplitude e pelos ritmos, quando não pela duração.

Tratava-se da "fase a" do Quarto Ciclo de Kondratieff, durante a qual a economia capitalista se desenvolveu enormemente, embora a taxas mais modestas que as do socialismo, que com ele coexistia mais ou menos pacificamente. Por outro lado, tampouco estavam em condições de prever que a "fase a" passaria, por sua vez, abrindo o passo à nova "fase b" ou recessiva, tanto mais temerosa quanto brilhante fora o hemicírculo anterior.

A Etiologia dos Ciclos

Dos dois, o ciclo médio foi o primeiro a ser estudado, por motivos fáceis de perceber: especialmente porque chamava mais a atenção do observador, ainda mal armado de instrumental estatístico. A rigor, a tomada de consciência do ciclo longo resultou da constatação de certas anomalias na seqüência dos ciclos médios, os únicos razoavelmente estudados, então notou-se que, em certos períodos, as fases ascendentes dos ciclos médios eram anormalmente longas ou curtas, em comparação com as fases descendentes. Submetendo-se a série histórica a um tratamento estatístico que permitisse extrair dela as variações correspondentes aos ciclos médios e curtos, ficou, residualmente, o movimento identificado como o ciclo longo.

De nossa presente perspectiva, porém, este último deve ter prioridade; parece-nos, até porque é um fenômeno mais duradouro, no sentido de que vem acompanhando o capitalismo em toda ou na maior parte de sua evolução. Estamos convencidos de que, com estudos mais aprofundados, podemos chegar à conclusão de que o Primeiro Ciclo de Kondratieff não foi realmente o primeiro, e que, embora de forma amenizada, esse ciclo sobreviverá ao capitalismo, modificando os ritmos de crescimento da economia socialista, ao passo que o ciclo médio é virtualmente específico da fase de implantação do capitalismo industrial, tornando-se menos observável, por motivos que adiante sugeriremos, com o advento do capitalismo financeiro.

Com efeito, o desenvolvimento do capitalismo vem-se fazendo através de uma seqüência de revoluções industriais ou, como agora dizemos, de revoluções científico-técnicas. Cada uma delas implica o sucateamento de parcela importante do capital fixo acumulado durante a implantação da tecnologia amadurecida como fruto da anterior revolução científico-técnica e na implantação *escalonada* da tecnologia resultante da nova revolução. Aí fica implícita a possibilidade de dois gêneros de flutuações econômicas, a saber: uma flutuação de *longo prazo*, correspondente à renovação do capital fixo ligado à revolução científico-técnica *como um todo*, e outra flutuação, correspondente à renovação do capital fixo social, de parcelas do sistema econômico, às quais podemos denominar de setores.

Esses *espasmos* no processo de formação do capital fixo social, sucedendo-se a prazos longos e médios, contrariam a tendência à estagnação subjacente a toda economia capitalista. O problema que se procurou resolver pela introdução da hipótese das "Terceiras Pessoas"¹, sem as quais a economia capitalista não encontraria o que hodiernamente chamamos de suficiente demanda efetiva ou demanda solvente, resolve-se, muito naturalmente, através desses espasmos a que fica submetido o processo de formação de capital, por efeito das inovações tecnológicas que depreciam, via obsolescência, o capital fixo do sistema (fato que está na raiz dos ciclos longos) e de mudanças institucionais, que disciplinam e escalonam a renovação do capital fixo, *setor após setor* (que estão na raiz dos ciclos médios, pelo menos em nossa experiência brasileira).

¹ Rosa Luxemburgo.

A experiência da industrialização brasileira, desencadeada nas condições da "fase b" do Terceiro Kondratieff (e continuada através da "fase a" do Quarto, por motivos que depois discutiremos), oferece exemplos muito gráficos desse processo. A "fase b" do Terceiro Kondratieff pôs em marcha um processo de substituição de importações, a exemplo do que haviam feito as "fases b" do Primeiro e do Segundo, mas, diferentemente desses surtos pretéritos de substituição de importações, este assumiu o feitiço de industrialização, "stricto sensu", isto é, de implantação do *capitalismo industrial*, primeiro nas regiões mais desenvolvidas do País e nas indústrias supridoras dos bens que pesavam mais decisivamente na pauta de importações e depois, região após região e setor após setor, em todo o sistema econômico nacional.

Isto foi possível porque, embora sem intenção declarada, havíamos criado, no interior da economia, um ponderável Departamento I, capaz de responder por importante parcela da formação de capital do sistema, engendrando, de forma singularmente enérgica, demanda efetiva adicional, através do engajamento de importantes contingentes do "exército industrial de reserva", singularmente engrossado pela crise agrária subjacente a todo o processo de industrialização. Aí estavam as "Terceiras Pessoas": trabalhadores oriundos de fora da economia capitalista e temporariamente incorporados a ela nas fases ascendentes do ciclo médio.

Alguns autores contemporâneos² pretendem que o "Departamento I" da economia brasileira é fruto — ainda assim incompleto — da industrialização, não podendo ter sido, portanto, precondição para ela. Ora, o que a industrialização nos está trazendo — e já trouxe, em grande parte — é um Departamento I *industrial*, ao passo que aquele ao qual nos estamos referindo, condição necessária para a industrialização, tinha, no fundamental, caráter *pré-industrial*, a saber:

- as oficinas artesanais — inclusive as integradas, como serviços de manutenção às unidades industriais ou prestadoras de serviços preexistentes — capazes, não obstante seu caráter pré-industrial, de suprirem equipamentos industriais ou modernos, seja através do prolongamento da vida útil dos equipamentos importados, seja pela cópia destes;

- uma indústria da construção, baseada ainda no trabalho manual, mas capaz de suprir, não obstante seu caráter pré-industrial ou artesanal, parcela decisiva do capital fixo das novas instalações industriais;

- na limitada medida em que o aumento unilateral da oferta de produtos agrícolas e primários fosse objetivamente capaz de suscitar aumento da capacidade para importar, a agricultura e a produção primária, não obstante serem francamente pré-capitalistas, operavam objetivamente como parte integrante do "Departamento I" da economia nacional.

Por todas as suas partes constitutivas, esse "Departamento I" tinha uma função consolidada de produção francamente intensiva quanto à mão-de-obra ("labour intensive"), o que não impedia que seu produto pudesse ser usado para implantar instalações intensivas quanto ao capital ("ca-

² SERRA, José. Ciclos e mudanças estruturais. *Revista de Economia Política*, São Paulo, Brasiliense, 2(6):5-45, abr./jun., 1982.

pital intensivo"), isto é, para todos os fins práticos, poupadoras de mão-de-obra. Sem essa contradição, a industrialização do Brasil teria sido incompreensível e objetivamente impossível. Sua crise presente resulta do fato de que foi superada aquela contradição, por efeito do surgimento de um Departamento I *industrial*, isto é, também poupador de mão-de-obra.

O Brasil e o Ciclo Longo

O Brasil nasceu como uma formação periférica da economia capitalista, que se desenvolvia na Europa ao tempo da descoberta. As flutuações dessa refletiam-se sobre nossa própria economia, através do fluxo e do refluxo do comércio exterior — ora exigindo de nós maior participação no esquema universal de divisão do trabalho, levando-nos a ajustar-nos a um grau relativamente elevado de participação ou de abertura da economia, ora forçando-nos a uma maior medida de auto-suficiência, isto é, de austeridade ou fechamento da economia.

Com o Primeiro Ciclo de Kondratieff, aberto com a Grande Revolução Francesa, esses movimentos passaram a ser relativamente pesquisáveis, especialmente a partir da abertura dos portos, que nos pôs em contato direto com o centro dinâmico mundial, neste tempo representado virtualmente pela Inglaterra. A abertura dos portos foi um incidente da "fase a" do Primeiro Kondratieff, o qual, em sua "fase b", dar-nos-ia a independência, corolário político daquela abertura. Trocávamos uma perifericidade por outra, é certo, mas de tipo superior, que nos deixava margem para o desenvolvimento do nosso próprio *capitalismo mercantil*, excludente do capitalismo mercantil português — donde a independência. Quer isso dizer que esta, embora não representasse o que formalmente parecia representar, visto como continuávamos dependentes, distava muito de ser um fato irrelevante, uma ilusão. O capitalismo — se bem que em seu primeiro e menos desenvolvido estágio (o mercantil) — deixava de ser algo de *externo* a nossa vida nacional, passando a ser parte integrante dela. Era a Primeira Dualidade que se constituía.

O lado interno da Primeira Dualidade, representado pela fazenda de escravos — internamente escravista e externamente feudal — permanecia, ao primeiro exame, idêntico a si mesmo, inalterado. Representava o coroaumento de uma longa e complicada evolução, começada com a comunidade primitiva ameríndia e a africana, mas, agora, não mais representava toda a economia brasileira, mas apenas o lado interno de uma *formação dual*, isto é, parte de um todo maior, mais complexo e mais integrado. Sob certo ponto de vista, isto é, encarado pelo seu lado externo, contraposto ao *resto do mundo*, o Brasil surgia como Nação, apesar do seu conteúdo escravista-feudal, isto é, pré-capitalista e, por isso mesmo, *pré-nacional*.

Essa transição foi desencadeada pelo ciclo longo, uma vez chegado a sua "fase b", mas a feição concreta que assumiu refletia o estágio alcançado pelas forças produtivas e pelas relações de produção do sistema nacional. Os subsequentes ciclos longos, ao chegarem a suas respectivas fases recessivas, desencadeariam mudanças similares, implicando o surgimento de outras tantas dualidades novas, que refletiam os estágios alcançados pelas mesmas forças produtivas e relações de produção do sis-

tema — interessando tanto o lado interno como o externo. Assim foi que a sociedade e a economia brasileiras empreenderam a repetição, sob forma abreviada e em condições peculiares, de toda a evolução da sociedade humana em geral. Essas condições acham-se sintetizadas nas Leis da Dualidade Brasileira, expostas no Capítulo I deste livro — A História da Dualidade Brasileira.

O Brasil e o Ciclo Médio

O Ciclo Médio — Juglar-Marx — interessa à economia brasileira de duas maneiras distintas:

- como eco desses movimentos nos países do centro dinâmico mundial em torno do qual gravitamos, isto é, como fenômeno exógeno, a exemplo do ciclo longo ou como perturbação deste;

- como movimento endógeno, uma vez alcançado certo estágio do nosso próprio desenvolvimento econômico, que trazia implícito o surgimento de um centro dinâmico interno — vale dizer, com a construção do capitalismo industrial brasileiro.

O primeiro modo não merece atenção especial, senão como perturbações dos movimentos implícitos no ciclo longo, agravando ou amenizando temporariamente os movimentos expressos como "fases" do Kondratieff. Inversamente, o ciclo médio — o juglariano brasileiro — merece atenção toda especial, no segundo caso, porque sobrevem como fenômeno endógeno, característico do presente estágio do nosso desenvolvimento econômico.

O fato de haver-se tornado a economia brasileira capaz de engendrar seus próprios ciclos médios, *independentemente* do que pudesse estar acontecendo no centro dinâmico mundial, teve muitas consequências sobre nossa vida econômica nacional, servindo, sobretudo, como subsídio para explicar o fato de que nossa industrialização — não obstante seu caráter substitutivo de importações — prosseguiu ao longo de toda a "fase a" do subsequente Kondratieff (o Quarto). É que o esforço de formação de capital, exacerbado nas fases ascendentes dos ciclos médios brasileiros, mas muito ativo em todo o processo, no ato mesmo de promover substituições de importações (futuras) engendrava demanda efetiva (presente), a qual, induzindo uma expansão da demanda de importações, mais que neutralizava o aumento da oferta interna de produtos substitutivos. Segundo dito corrente, à época do Programa de Metas — segundo lustro dos anos 50 — "os investimentos substitutivos de importações não resolvem problemas de balanço de pagamentos", ao que poderíamos acrescentar que, entretanto, "promovem o desenvolvimento do País".

A explicação do paradoxo de um processo de substituição de importações que se esgota na mudança da pauta de importações, mas que não limita — antes exalta — a demanda total de importações, pode ser resumida como segue:

- o processo de substituição de importações assumiu, *desta vez*, como já ficou dito, caráter *industrial*, contrariamente ao observado nas "fases b" do Primeiro e Segundo Kondratieffs, importando, por isso mesmo, um complexo movimento de *inovação tecnológica* — pela importação de

tecnologia já amadurecida nos países cêntricos —, o qual mudava continuamente a estrutura da demanda interna, o que implicava, também, elevação do coeficiente de importação da demanda global;

- concomitantemente, dado o caráter pré-industrial do Departamento I da economia brasileira, no ato de empreender a industrialização, o aumento da demanda de bens de investimento, uma vez encontrados os (estreitos) limites da capacidade para importar, refluiu para dentro da economia, resultando, afinal, num vigoroso movimento de recrutamento de mão-de-obra.

O caráter tecnologicamente inovador — com seus conseqüentes reflexos sobre a estrutura da demanda nacional e, por essa via, sobre a demanda de importações — era multifacético:

- implicava *funções de produção* "labour saving" ou "capital intensive", num país formalmente a braços com insuficiência de capital (Departamento I pré-industrial) e com excesso de mão-de-obra;

- implicava, também, um intenso processo de urbanização, que importava mudança massiva das *funções de consumo* da população;

- as mesmas condições que induziram o "setor empresas" a adotar funções de produção industriais — isto é, "labour saving" e "capital intensive" — levaram a *casa de família* a adotar funções de consumo (ou de produção?) similares, mecanizando-se e eletrificando-se intensamente, com a conseqüente liberação de mão-de-obra, que ia engrossar o "exército de reserva", e a mudança da estrutura da demanda do setor famílias;

- também o setor agrícola que, ao ter início a industrialização, empregava enorme parcela da população, seguiu a tendência geral para a inovação tecnológica, desmantelando a antiga produção natural (para autoconsumo) da família camponesa e modificando a estrutura da própria demanda, pela adoção de funções de produção caracteristicamente "capital intensive".

A industrialização, portanto, tinha que se fazer nas condições de um desmedido "exército industrial de reserva" que, conforme a fase do ciclo médio — se ascendente ou depressiva — ora era absorvido, ora, expulso pelo processo de formação de capital nas atividades do Departamento I. As fases ascendentes dos ciclos, ao resultarem no engajamento de ponderáveis contingentes de "reservistas", importavam, também, mudança temporária do esquema nacional de distribuição da renda, por efeito do desdobramento das grandes rendas (dos inversionistas) em pequenas rendas (dos trabalhadores engajados). Esse efeito, presente em todo processo de aumento do investimento, não importa em que economia capitalista, revestia-se, no Brasil, nos primeiros estágios do processo de industrialização, de um papel excepcionalmente relevante, dado, por um lado, a exorbitância do "exército industrial de reserva" e, por outro, o caráter pré-industrial, isto é, "labour intensive" do primitivo Departamento I.

Ora, a primeira condição (superdimensionamento do "exército de reserva") não apenas persiste, como se exacerba, mas a outra condição regride "pari passu" com a industrialização do Departamento I virtual, tal como o definimos antes (A Etiologia dos Ciclos). Em especial, dada a capacidade ociosa sobrevida a muitas das unidades constitutivas do *Departamento I Industrial*, em processo adiantado de implantação, a *função*

incremental de produção do processo de formação de capital revela-se singularmente "labour saving", o que quer dizer que o referido processo perdeu a antiga capacidade de absorver os excedentes de mão-de-obra.

Por tudo isso, o sistema enfrenta uma crise estrutural profunda, que não pode ser superada senão pela reabsorção dos excedentes de mão-de-obra por outros meios que não o processo de formação de capital. O desemprego deixou de ser característico das fases recessivas do ciclo médio, fazendo sentir sua presença também nas fases ascendentes. Por outras palavras, a *reforma agrária*, que não precedeu nossa industrialização, terá, "mutatis mutandis", que se fazer agora.

Ciclo e Mudanças Institucionais

O ciclo longo é, como vimos, um fenômeno exógeno à economia brasileira, porque é algo que se engendra no centro dinâmico da economia mundial, isto é, aí onde se podem sintetizar as revoluções científico-técnicas. Nossas economias periféricas tomam conhecimento dos ciclos longos quando são, alternativamente, confrontadas com a elevação da capacidade para importar e com a melhoria dos seus termos de intercâmbio com o Centro — nas fases ascendentes do ciclo — e com a queda da capacidade para importar, conseqüente da queda da demanda externa de nossos produtos, acompanhada de piora dos termos do intercâmbio, nas "fases b" ou recessivas. Nossas economias são, pois, confrontadas com dois tipos de desafio:

- nas *fases ascendentes*, no sentido de que mude a composição natural do seu produto, isto é, a estrutura de sua oferta nacional, a fim de poder, simultaneamente, aumentar as exportações e as importações, vale dizer, no sentido de *abrir nossas economias*;

- nas *fases recessivas*, também com vistas a mudar a composição natural do seu produto, mas no sentido contrário, isto é, de permitir o relativo *fechamento* da economia — o que importa uma forma qualquer de *substituição de importações* —, permitindo-nos prescindir de certas importações entradas em nossos hábitos nas "fases a" dos ciclos.

A resposta de nossa economia periférica a esses desafios contraditórios alternativos é um processo complexo que, para começar, não se esgota na mudança do comportamento econômico do sistema, embora deva resultar nisso afinal. Por outro lado, enquanto o ajustamento do sistema às condições da fase ascendente do ciclo longo tende a fazer-se com relativa facilidade, mais ou menos espontaneamente, não acarretando modificações institucionais de fundo que importassem mudança da estrutura do Estado, os ajustamentos impostos pela "fase b", sim, implicam mudanças institucionais de fundo, responsáveis por novo pacto de poder, isto é, por mudança na estrutura de classe da sociedade e do Estado. Por isso mesmo, essas últimas mudanças devem receber atenção toda especial.

Noutro capítulo (A Luta de Classes na Sociedade Dual), estudaremos esse processo com mais detalhe. Por ora, basta-nos dizer que, ao lado das mudanças de fundo (revolucionárias) do pacto de poder, sobrevivendo a certa altura das "fases b" dos ciclos longos, vamos encontrar uma série de mudanças parciais, compatíveis (ou mesmo implícitas nele) com o pacto de poder antes criado.

Com o advento da industrialização, essas mudanças parciais das instituições tendem a constituir a essência dos *ciclos juglarianos brasileiros* ou médios. Esses sucedem-se segundo a lógica básica do processo de substituição de importações, isto é, *industrializando*, primeiro, a produção dos bens de consumo, que pesavam mais decididamente na pauta anterior de importações. Paulatinamente, o processo de industrialização, através de sucessivos *ciclos médios endógenos*, tenderia a contagiar-se a outros setores (no sentido geral, do Departamento II para o Departamento I) e a outras regiões que, a exemplo do ocorrido em todo o País nas "fases b" do Primeiro e do Segundo Ciclos de Kondratieff, se houvessem contentado com uma substituição *pré-industrial* de importações.

Cada "pacote" de substituição de importações (cada setor) a ser abrangido pela *reforma industrializante* define-se em função de duas ordens de circunstâncias:

- *econômicas*, no sentido de que os produtos integrados no setor devem participar conspicuamente na pauta de importações anterior;
- *institucionais*, a saber, as atividades a integrarem o dito setor devem ser objetivamente sensíveis a mudanças institucionais mais factíveis nas condições concretas vigentes.

Concretamente, nossa industrialização começou pela substituição de importações (fase ascendente) de bens de consumo corrente que (fase recessiva) fossem mais fáceis de ter suas importações fisicamente controladas. Isso estava na ordem natural das coisas.

O controle físico das importações foi a mudança institucional central, visto como criava, *para certo grupo de produtos*, uma eficaz reserva de mercado. O setor supridor desse primeiro "pacote" ou grupo de produtos evidenciaria, ao cabo de alguns anos, excessiva capacidade produtiva, parte da qual ficava condenada à ociosidade. Não obstante, a tendência à acumulação de mais capacidade produtiva no setor persistia em consequência do complexo de instituições favoráveis, implantadas durante e como efeito da crise anterior. Ora, nas condições concretas, a tendência à criação dessa nova capacidade era não somente muito "capital intensivo", como propendente a engendrar desmesurada *demandas de importações*.

Modificava-se, assim, a pauta das importações, no sentido geral do declínio do peso dos *produtos finais* (Departamento II) e do aumento do peso dos produtos intermédios ou meios de produção (Departamento I). O aparecimento desses na pauta de importações engendrava a possibilidade de nova onda de substituição de importações, com novo conteúdo, dependente das mesmas circunstâncias econômicas e institucionais antes indicadas, isto é, da possibilidade de novas mudanças institucionais e da sensibilidade das atividades interessadas a elas.

A *crise* expressa pela revelação de capacidade ociosa no setor anteriormente reformado ou *industrializado* conduzia, através de um complicado processo de *tentativa e erro*, à revelação de quais as mudanças institucionais *possíveis e necessárias* para o encaminhamento da remodelação de novo "pacote" de substituição de importações, indutor de nova onda de investimentos absorvedores de parte da capacidade ociosa anteriormente acumulada e, portanto, causadores de nova fase cíclica de *prosperidade* ou, como depois diríamos, de novo "milagre".

Grosso modo, esse movimento tem-se completado em aproximadamente um decênio: um lustro depressivo, abrindo a década, e um lustro expansivo, fechando-a. Assim tem sido, desde a Grande Depressão mundial e da Revolução de 30, pelo menos.

Os Juglarianos Brasileiros

Seguramente a partir dos anos 30 — mas, possivelmente, desde os anos 20, isto é, desde o início da "fase b" do Terceiro Kondratieff —, cada decênio nos tem trazido, *grosso modo*, um primeiro lustro depressivo do ponto de vista econômico e, politicamente, irrequieto, carregado de mudanças institucionais, cujo conteúdo último consiste em compatibilizar o prosseguimento da industrialização com a presença de um setor agrícola basicamente feudal e de outras sobrevivências feudais presentes um pouco em todo o organismo social. O pacto de poder fundamental da sociedade brasileira, ao ter início a industrialização, põe, no topo do aparelho do Estado, a classe dos latifundiários feudais — qualquer que seja o estamento pelo qual essa classe se faça representar. A experiência provou que esse latifúndio, não obstante o seu caráter basicamente feudal, podia ser interessado na industrialização capitalista, embora essa não pudesse, afinal, deixar de repercutir sobre a agricultura, suscitando o aparecimento, aí, de um vigoroso capitalismo, mas desde que, a curto prazo, fosse preservada a estrutura agrária feudal, base do seu poder.

Duas ordens de mudanças institucionais foram responsáveis por essa compatibilização, a saber:

- o progressivo *controle estatal da receita cambial*, de modo a permitir a introdução de formas cada vez mais complexas de *reserva de mercado*, a qual era indispensável para o encaminhamento da substituição de importações, *em geral* e, "a fortiori", da substituição *industrial* de importações;

- o estabelecimento de novo estatuto do trabalho *fora* do setor agrícola, que fosse capaz de se compatibilizar com as condições, ainda basicamente feudais, vigentes no *interior* do setor agrícola, ou seja, compatibilizar o *salariato com a servidão de gleba*.

O novo direito cambial tornava o exportador proprietário do *contravalor em moeda nacional* das divisas ganhas na exportação, não, porém, dessas próprias divisas. Essa mudança institucional afetava, por certo, os interesses dos latifundiários voltados para a exportação, mas não os afetava essencialmente, como se, por uma reforma agrária, tivéssemos pretendido mudar as relações de produção no campo; implicava algo que os latifundiários podiam perder sem com isso comprometer sua posição dominante. Politicamente, o latifúndio feudal não se apresentou coeso no tocante a esse problema, inclusive porque, ao lado de um latifúndio essencialmente voltado para a exportação, tínhamos um outro basicamente substituidor de importações: ao lado do latifúndio do tipo paulista, tínhamos o latifúndio do tipo gaúcho. Este último ganhava na transação um *mercado cativo* à vista das limitações "ex-officio" das chamadas *importações não essenciais*. A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM) foi o órgão que de início melhor encarnou essa mudança institucional. Outros órgãos e instituições viriam subseqüentemente, mas

seu conteúdo essencial, isto é, a reserva do mercado para a produção nacional, persistiu.

O verdadeiro sacrificado por essa mudança foi o *sócio maior* da anterior dualidade: o capitalismo mercantil. Esse passou para uma posição cada vez mais subalterna — salvo por *seu desdobramento*, o capitalismo industrial nascente, embora na condição de *sócio menor* sob a hegemonia do latifúndio, passaria a integrar a nova Dualidade (a Terceira). Essa não tinha a perder nas etapas iniciais da industrialização, visto como *ainda* não era ganhador de divisas e tinha um mundo a ganhar com a reserva de mercado para os seus produtos e com a preservação da escassa capacidade para importar para os insumos ainda não supridos pela economia nacional, indispensáveis para a produção industrial em vias de implantação. Esses insumos, refletindo o peso político da nova classe dos capitalistas industriais, eram classificados como *importações essenciais*.

Sob a hegemonia do capitalismo mercantil (Segunda Dualidade), a atividade substituidora de importações assumia formas essencialmente artesanais, sócio-economicamente próximas das vigentes no latifúndio feudal, o que facilitava a transição da força de trabalho do campo para a cidade. Já a industrialização exigia nova atitude do homem para com o trabalho, sem o que aquele não podia identificar-se com o novo instrumental que condicionava uma atividade necessariamente coletiva. A chave da solução encontrada para o problema foi uma espécie de *servidão industrial de gleba* que prendia o homem à máquina quase tanto quanto ele era antes preso à terra, nos quadros de um *direito corporativo* que encontrou sua expressão amadurecida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a qual instituiu, no quadro industrial, uma *estabilidade* muito contraditória sob o feudalismo, não, porém, sob o capitalismo.

Essas mudanças institucionais não se fizeram de chofre, mas através de aproximações sucessivas que, afinal, subdividiam o processo único de industrialização em processos parcelares, *setoriais*, a cada um dos quais correspondia um ciclo médio, isto é, um *ciclo juglariano brasileiro*.

Já os anos 20 caracterizaram-se, no Brasil, por uma diferença marcada de comportamento entre o primeiro e o segundo lustro do decênio. O primeiro foi assinalado por intensa movimentação política (os dois 5 de Julho, a Coluna Prestes, ao que talvez valesse a pena acrescentar a Semana de Arte Moderna) que, como depois veríamos, seria um preâmbulo para as mudanças de fundo capituladas na Revolução de 30. Entremetidas, favorecida pelo chamado "câmbio cadente", é possível que se tenha esboçado um certo esforço de substituição de importações. O fato é que o segundo lustro do decênio foi um período de relativa paz no campo político. Não é fácil configurar o que se passou no campo econômico, nos anos 20, mas é possível que talvez tenhamos tido o Primeiro Juglar inscrito na "fase b" do Terceiro Kondratieff. Fique aqui a sugestão para futuros pesquisadores.

Os anos 30 apresentaram um quadro bem mais claro no mesmo sentido, isto é, um primeiro lustro politicamente convulsionado, correspondente à fase recessiva do ciclo médio (o segundo da "fase b" do Terceiro Kondratieff). À Revolução de 30 seguiram-se vários movimentos insurreccionais, cabendo destacar o 9 de Julho, de São Paulo (1932) e a Aliança Nacional Libertadora (1935). A capacidade para importar caiu drasticamente, registrando-se também uma queda do nível dos preços (custo de

vida), fenômeno raríssimo em nossa história. Àquele tempo, a queda do índice de preços costumava associar-se à recessão econômica, contrariamente ao que, depois da Segunda Guerra Mundial, se tornaria a regra, exacerbando-se a inflação nos períodos de animação econômica, mas nos períodos recessivos. O segundo lustro, ao contrário, foi um período de calma política (Estado Novo) e de óbvia expansão econômica.

Nos anos 40, a mesma diferença de comportamento político-econômico entre o primeiro e o segundo lustro pode ser apontada, embora a causação desse fenômeno possa ser obscurecida pela coincidência com a Segunda Guerra Mundial. O fato, porém, é que tivemos um primeiro lustro recessivo, politicamente convulsionado — conducente ao fim do Estado Novo —, seguido por um segundo lustro (especialmente a partir de 1947 até 1952) francamente expansivo.

O primeiro lustro dos anos 50 — especialmente a partir de 1952 — voltou a ser recessivo, politicamente agitado, conducente a uma série de mudanças institucionais, centradas na Instrução nº 70 da SUMOC, que reorientava os favores cambiais e a reserva de mercado da indústria leve para certas áreas da indústria pesada, preparando o caminho para um "milagre econômico", coincidente com o Governo Juscelino Kubitschek e conhecido como Programa de Metas. Por volta de 1962, o impulso estaria esgotado, cedendo o passo a uma fase recessiva, politicamente convulsa, que abriria o caminho para um complexo de mudanças institucionais, centradas no instituto da correção monetária, que daria origem a um novo e vigoroso aparelho de intermediação financeira, que prepararia o advento de uma fase expansiva, batizada propriamente como "milagre econômico".

Esse prolongar-se-ia até 1973-74, coincidindo a passagem à fase recessiva do ciclo médio endógeno com o advento da "fase b" do ciclo longo — o Quarto Kondratieff —, assinalada pela crise do petróleo. Como seria de esperar, dada a coincidência com a "fase b" do ciclo longo, a recuperação, nos quadros do ciclo médio, foi marcadamente menos brilhante que a conhecida como "milagre econômico do Delfim" (ministro que se encontrava à frente da área econômica no ciclo médio anterior). Inversamente, a fase recessiva do ciclo médio (aparentemente tendendo a deslocar-se do segundo lustro de cada decênio para o início do decênio seguinte) sobreveio com redobrada violência: aumento do desemprego, queda da produção industrial, ressurgimento da inflação, etc.

Esta a conjuntura brasileira nos anos iniciais do decênio de 80. A similitude com o estado de coisas de há 52 anos — um ciclo de Kondratieff inteiro, com a margem admitida de tolerância — é demasiado flagrante para que possamos passá-la por alto. Com a "fase b" do Quarto Kondratieff, talvez estejamos na iminência do advento da Quarta Dualidade.